



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2021

Ata n.º 53

Aos vinte e nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e dois de Julho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 27-05-2021 e 24-06-2021;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 4.ª Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2021;---

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, referente à "Proposta de adaptação dos regulamentos em vigor no Município de Albufeira, no âmbito da Ação Social, como medidas extraordinárias no âmbito da pandemia Covid-19"; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização referente ao "Encerramento da Liquidação (dissolução) da Sociedade "PólisAlbufeira, S.A. - Em Liquidação" - Minuta da Escritura Pública de "PARTILHA" - Adjudicação ao Accionista Município de Albufeira dos Bens Imóveis daquela Sociedade - Proposta";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Proposta de Alteração do Plano de Pormenor do Porto de Recreio de Albufeira"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Proposta de Alteração do Plano de Pormenor - Plano de Intervenção no Espaço Rural - Escarpão"; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao "Contrato-Programa - Alargar e Modernizar o Ensino da Medicina e a Investigação Clínica e Biomédica na Universidade do Algarve"; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para a "Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em Circuitos não Definidos", até ao limite de 208.000,00€ + IVA; -----

PONTO NOVE: Tomada de conhecimento dos Relatórios Anuais de Actividades da CPCJ de Albufeira referente aos anos 2019 e 2020. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Óscar Agostinho Hilário (suplente BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (Independente), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Ana Luisa Sousa Simões (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Madail, Bertilio Matias, Óscar Hilário, Cândido Reigado, Ana Luisa Simões, João Ruaça.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Presidente da Assembleia: "Não temos público presente mas temos duas intervenções escritas que eu irei passar a ler." (Doc. n.º 1 e n.º 2 anexo a esta ata)-



Presidente da Câmara: "Vou tentar perceber como será a resolução desta dificuldade que a senhora Elisa McKay, nos próximos dias deslocar-me-ei lá para ver aquilo que se passa, aquilo que refere, penso que deixou a identificação do contato para depois contactar com ela. Em relação ao Senhor João Marreiros, tem que ser verificado pelos serviços, não sei se alguém viu do lote vinte e dois na Vila Rosal, se o Arquiteto Eduardo teve conhecimento, ou a Ana Pífaros? É uma questão de se verificar se tem licença, se realmente é verdade, isso nos próximos dias terá de ser visto."-----

Vice-Presidente: "Teve licença de construção mas não teve de utilização." -----

Presidente da Câmara: "Tem que se verificar essa situação, e agir em conformidade, de acordo com o estado em que está. Não tendo licença de utilização terá que ser resolvido juridicamente até que haja uma solução. E tem de se verificar como é com o contador de água, pois foi lá colocado, não havendo licença de utilização não devia estar lá contador de água. Esta situação tem de ser vista, o Senhor João Marreiros afirma que não é contador de obras, nem é contador de licença de utilização, portanto agora é uma questão de se verificar o problema e juridicamente e tecnicamente ver qual é o caminho a seguir." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, Senhor Presidente tenho quatro questões que gostaria de colocar. A primeira questão tem a ver com uma notícia que li sobre o facto das autarquias já poderem concorrer a um apoio para compensar as despesas com a pandemia Covid-19, até a um limite máximo de cento e cinquenta mil euros por candidatura. Candidatura essa a apresentar até o final de Julho, sendo que a despesa reporta-se a despesa ocorrida entre catorze de Março e trinta de Setembro de dois mil e vinte. Gostaria de questionar o Senhor Presidente se esta autarquia se candidatou a este apoio. A segunda questão prende-se com, se a autarquia fez alguma estimativa ou tem alguma ideia dos custos dos testes, relativamente ao centro de testes? Se existe algum critério ou algum limite para o número de testes por município? E se há a previsibilidade dos custos totais que aquele centro poderá acarretar? Terceira questão tem a ver com os serviços da Câmara Municipal, continuam a apresentar muitas dificuldades de resposta, é



frequente as tentativas de telefone em que ou não atendem ou quando atendem passam a chamada, depois fica-se à espera e a chamada cai. Mesmo pré-agendamento, faz-se o pré agendamento e ficamos a aguardar que nos enviem um e-mail depois para confirmar esse pré-agendamento ou para nos contactarem no sentido de definir então o dia e a hora e também esses e-mails não chegam. Muitas vezes parece que, não sei se os telefones estão em silêncio ou que é que se poderá passar, continuar a haver uma grande dificuldade de resposta. Também no Departamento de Obras é igual porque para obter às vezes uma simples licença para celebrar uma escritura e por aí fora também o tempo de resposta não é razoável. Depois, a quarta questão tem a ver com os campos de férias, inicialmente a autarquia veio dizer que estavam cancelados para o mês de agosto, alegando um parecer negativo da Direção Geral de Saúde, recentemente e em boa hora, ainda bem vieram dizer que afinal havia um parecer atualizado do Delegado de Saúde de Albufeira e penso que seria relevante sabermos o teor e o conteúdo destes pareceres para também compreender se este parecer negativo inicial da DGS era um parecer taxativo, se era parecer que pedia, eventualmente elementos, uma vez que, corrija-me se estiver errada, os privados organizaram-se e forneceram elementos, nomeadamente plantas da sala, para poderem ter uma autorização para funcionar, por parte do Delegado de Saúde e portanto eu penso que seria útil divulgar estes pareceres, para que pudéssemos compreender. Considero que isto foi uma trapalhada muito grande em termos de cálculo, mesmo em termos de gestão de pessoal, que não tenha sido fácil, porque cancelar e depois voltar a reativar e sobretudo foi um sobressalto para os encarregados de educação, que durante dois dias ficaram sem saber o que é que haveriam de fazer às suas vidas, aos seus filhos e como é que haveriam de poder trabalhar. Gostaria de obter mais esclarecimentos sobre esta questão."-----

Roberto Raposo: "Boa noite, o que me trás aqui são dois assuntos sobre a Aldeia dos Matos, os vizinhos pediram-me para me queixar e eu também me queixo do mesmo problema, desde que foi feita a reparação daquela conduta que rompeu lá o mês passado, a pressão da água foi diminuída, o que é que acontece? Os eletrodomésticos novos agora precisam de um x de pressão para trabalhar e há electrodomésticos que deixam de funcionar porque a água não tem pressão. Segunda situação, era sobre aquela casa, um assunto que eu já tinha trazido cá, de



uma casa que está sem licença de habitação, e que continua a ser habitada. Neste momento está habitada, inclusive tem uma fossa ilegal feita à frente onde foi atravessado o próprio alcatrão sem qualquer licença, sem qualquer alteração. Então queria saber em que situação está isso. A casa é mesmo na Aldeia dos Matos, Matos de Cima."-----

Óscar Hilário: "Boa noite a todos, só para complementar a intervenção já que foi feita relativamente aos campos de férias, saber se essa situação foi a mesma acautelada e se é extensível aos Jardins-de-infância e ao primeiro ciclo."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, Senhores Deputados, é rápida a intervenção. A questão que eu colocava aqui é que normalmente mesmo nas reuniões extraordinárias, costuma vir a informação do Senhor Presidente que é sempre muito importantes para nós verificarmos a atividade da Câmara Municipal e verificamos que nesta não acontece, mas solicitávamos que na próxima, eu penso que irá haver uma próxima que não é extraordinária, que será ordinária e ainda antes das eleições e portanto seria conveniente ter essa informação. De resto como tinha prometido deixo aqui ao Senhor Presidente da Assembleia o PRR para depois eventualmente ser fotocopiado, se assim entender, para todos os membros da Assembleia Municipal."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite mesa e Senhores Deputados, público aqui presente, eu regozijo-me bastante que o Conselho Ministros hoje tenha alterado as medidas e os critérios que estava a usar e por isso que se vá aliviar as medidas da pandemia. E fazer o reparo que aqui há três semanas, em 8 de Julho, nessa última sessão aqui do plenário, o líder da bancada do PS dizia que não se podia ser alterado por imposição da UE, ou seja da União Europeia e eu agora vejo esta alteração, que me agrada mas que contradiz o que foi dito e lamento, não que o Senhor Deputado não tenha defendido nesse tempo Albufeira e o Algarve, enfim com o empenho enquanto Deputado Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões aqui identificadas, relativamente à Ana Ramos, a candidatura a apoios, está a ser elaborado, não sei se já seguiu, mas estava a ser tratada. Relativamente à questão dos testes feitos ali no centro de testagem, aqui perto da câmara, portanto neste momento desceu grandemente nas últimas semanas, muito menos gente e os números de casos positivos que sai dali são muito poucos. Está a ser feita uma avaliação do tempo que já ocorreu para vermos, depois há-de evoluir futuramente, porque a situação está a evoluir de uma forma diferente do que estava há um mês atrás, portanto é natural



que haja essas alterações. Relativamente aos serviços da Câmara Municipal, tal qual como o Deputado Adriano, regozijo-me pelo que o Senhor Primeiro-Ministro veio anunciar hoje na televisão, em conferência de imprensa, sobre a questão de fazer com que o teletrabalho deixe de ser obrigatório. Isso acho que ajuda um pouco porque a presença no local de trabalho ajuda e com certeza que irá contribuir para melhorar o atendimento, só espero que sim, não vou dizer que o atendimento tem sido bom, muita gente se tem queixado. Evidentemente que agora há menos queixas que houve há algum tempo atrás mas qualquer das maneiras não está nem pouco mais ou menos muito bom. Se não atende os telefones deduzo que não será com certeza por falta de som, ou por alguma deficiência auditiva das pessoas. Relativamente aos campos de férias, como já disse há pouco a situação neste momento é completamente diferente daquela que era há um mês atrás. Há um mês atrás, um parecer não favorável não da DGS mas da Autoridade de Saúde do concelho, o Delegado de Saúde, tinha um parecer não favorável, por acaso não o tenho aqui, mas posso transmiti-lo perfeitamente e não era com o parecer não favorável que iria assumir a responsabilidade, eu não ando aqui só para fazer jeitos a este ou àquele. A gente tem ter os pés bem assentes no chão, temos ter alguma tranquilidade e alguma seriedade para decidir de acordo com a perigosidade, até porque ultimamente tem havido crianças infetadas o que não acontecia, por exemplo há seis, sete, oito meses para trás. E agora, ultimamente, ainda há dois dias recebi do Senhor Delegado de Saúde dois emails sobre duas creches, de crianças de creche efetadas. De creches, portanto eu com um parecer não favorável, de maneira nenhuma ia arriscar a minha responsabilidade, nem é de ninguém da Câmara, por isso é preciso algum cuidado. Relativamente ao que disse de ser "uma trapalhada", não acho, não foi trapalhada nenhuma, são questões que vão evoluindo à medida que as coisas vão evoluindo também, as causas vão evoluindo e as consequências também têm que evoluir de acordo com as causas. O parecer já não é nada igual àquele que foi anteriormente e por isso vamos por estes campos de férias de pé a funcionar. Não como campo de férias, mas como ATL, nos ATÍ's que as escolas têm. As mesmas crianças que foram admitidas, digamos assim, no percurso normal dos campos férias o chamado programa "Há Verão", foram contactados todos por email, e estão a ser reinscritos, caso queiram, pode haver pessoas que já não queiram estar nos campos de férias, isso naturalmente será escrito e será dito em e-mail. Relativamente ao Jardim-de-Infância, isso vai acontecer nos "Tempos Brincar", isso vai acontecer naturalmente, não é fácil por isto de pé, é verdade, a questão do pessoal é muito difícil, quer do pessoal auxiliar, quer dos monitores para as actividades, mas conseguiu-se fazer aqui alguma ginástica nesse sentido. Relativamente à casa na Aldeia dos Matos, vou ver, o



Roberto Raposo afirmou, vou ver o que é que se passa. Depois, ter em consideração aquilo que houver terá que se agir em conformidade com o diagnóstico que for feito. Também me quero regozijar por aquilo que o Primeiro-Ministro hoje veio anunciar na televisão, relativamente à questão dos horários, que acho que isso sim, acho que essa questão dos horários ser até às dez e meia da noite como às onze horas recolher obrigatório, haver diferenciação entre os concelhos completamente diferentes e depois haver as festas ilegais, porque ao sair às onze horas de um determinado sitio, as pessoas, principalmente as mais novas, dificilmente se iriam deslocar para casa, e isso promove e promoveu com certeza muitas festas, chamadas festas ilegais. Ainda há bocado vi uma reportagem na televisão sobre isso. Ainda bem que veio agora essas alterações, a nível de todo o país tudo igual, horários completamente diferentes, independentemente ser com certificado sanitário, ou teste a menos de quarenta e oito horas o que é certo é que assim penso estar muito mais justo. A questão dos horários para mim acho que foi uma autêntica trapalhada, porque a restauração, o comércio ao fim de semana fechar às quinze e trinta ou nos dias de semana às vinte e duas e trinta, recolher obrigatório, parecia que estávamos numa situação de guerra conhecido. Felicito o Conselho de Ministros por tomar estas medidas hoje. Infelizmente os bares e discotecas ainda têm que manter-se até Outubro salvo erro, mas prontos, também sinto que não são fáceis de tomar essas decisões e são decisões sempre difíceis de tomar e é preciso que a gente tenha também algum sentido de responsabilidade porque agora uma coisa é certa fazer, nós estamos numa União Europeia e cada país vê as coisas da sua maneira, também acho que não é nada nada bom."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, Senhores Deputados, respondendo diretamente ao Deputado Adriano Ferrão eu acho que ele tem aqui um problema de facto, como têm os meus filhos, de surdez selectiva, portanto, só ouve exactamente aquilo que lhe dá algum jeito, e por uma razão muito simples, primeira questão se se lembra nesta Assembleia há três semanas foi aprovada uma moção do PSD, que dizia exactamente isso, que era necessário mudar a matriz de risco. E o PSD o que fez? Votou favoravelmente, e o PS o que fez? Votou favoravelmente. Também deve ter sabido que quando tomaram essas medidas o PS de imediato marcou uma reunião na Assembleia da República com a responsável pela Comissão de Saúde e vários responsáveis do Parlamento, no sentido de verificar o que se estaria a passar relativamente a estas medidas. Foram lá acima o Senhor Vereador Vítor Ferraz e mais dois Presidentes de Junta, receberam exactamente as informações que eu transmiti aqui há três semanas e portanto se o Senhor Deputado acha que não é defender os interesses de Albufeira, não sei o que é que poderemos fazer mais, eventualmente as pessoas que aqui estão, nomeadamente os Presidentes de



Junta podem confirmar as respostas que foram dadas. E portanto, peço-lhe que seja um pouco mais preciso relativamente às situações e que não as deturpe, uma vez que aquela moção quanto a nós tinha alguma indicação de que o governo poderia ter esta ou aquela responsabilidade, foi por nós aprovada e há efetivamente documentação de que os Deputados do Algarve do Partido Socialista sempre tomaram uma posição a favor da questão da Matriz de risco e do levantamento destas imposições." -----

Adriano Ferrão: "Merece a resposta que passa por começarmos pela surdez. A surdez muitas vezes é um caso genético e se já está nos seus filhos se calhar já vem dos ascendentes. Não foram essas as suas palavras na altura, estávamos aqui e assistimos ao que disse aqui, naquele ecrã, embora não tivessem também, depois enfim, em termos da parte de aprovar aquela moção que foi daqui diferida foi não havia também uma outra alternativa política. O que se notou na sua intervenção na altura, foi um certo conformismo com as medidas do governo, uma certa apatia simpática com o governo, que não criava a tal exigência que pressionava o governo a tomar essas medidas com maior antecipação. E essa falta de antecipação penalizou o tecido económico do Algarve, principalmente dos concelhos turísticos e Albufeira em particular. E assim também os munícipes que aqui vivem."-----

Helena Simões: "Boa noite a todos, eu efetivamente sofro de surdez do ouvido esquerdo, graças a Deus a bancada do Partido Socialista está a minha direita logo, apenas poderei acusar alguns de memória selectiva. Eu recordo que sim, o PS votou favoravelmente à moção apresentada pelo PSD, no entanto justificou que pouco ou quase nada poderia ser feito uma vez que matriz era internacional. Na altura e no momento disse que precavendo e antevendo a situação, foi à Assembleia da República, publicou as fotografias fez tudo e tudo tudo e agora diz que foi em seguimento. Em relação ao PRR, agradeço-lhe ter trazido o documento, ainda que o mesmo seja público. Não irei discutir o teor do plano para o Algarve, no entanto entendo que o valor face o valor que anualmente e nas últimas décadas o Algarve tem vertido para o PIB, fica muito a desejar. Referiu também na sua defesa, ao governo e as ações do governo em seguimento à pandemia, defendeu o layoff, defendeu os empréstimos ou as medidas que foram acauteladas para o tecido económico. Eu recordo, o layoff para muitos dos empresários do concelho de Albufeira, nada mais nada menos tem sido uma mão cheia de nada porque muitas das vezes são obrigados a endividar-se até ao tutano para garantir os postos de trabalho, os empréstimos têm sido isso mesmo, empréstimos, um valor irrisório a fundo perdido, há uma garantia, um aval do estado, mas não deixa de ser uma corda muitas das vezes para os empresários se enforcarem. Podemos discutir, "mas os empresários deveriam ter um fundo de maneiio uma almofada", isto já dura um ano e



meio. Quando isto tudo rebentou já o dinheiro do ano anterior tinha sido gasto, os dinheiros tinham sido investidos e estávamos prestes a entrar na época de Veraneio. Por último, como isto infelizmente, o Covid anda à nossa volta e bate a todas as portas e infelizmente bateu à porta da minha empresa. Eu tive empresa fechada durante 15 dias e podemos discutir o Centro de Saúde, podemos discutir o Centro de Vacinação, podemos discutir muita coisa, mas eu posso dizer que tive pessoas em casa 15 dias, sem receber uma única chamada de qualquer médico do Centro de Saúde, os poucos que ligaram para alguns deles estavam assobradados em trabalho e, isso sim, é um problema, porque estão a dar acompanhamento estrangeiros, turistas, acompanhamento a imigrantes, a saúde pública de Faro também não tem mãos a medir e uma vez mais o Poder Central, ou o Governo, ou a Administração Central poderia suprir as necessidades do Algarve, em concreto de albufeira e esta crise pandémica veio evidenciar um problema estrutural. Problema esse que, neste caso em concreto, não assenta na esfera do órgão autárquico ou poder executivo local, mas sim Nacional. No entanto, dito isto, ao longo do momento e em todos esses assuntos, que foram alguns deles aqui aflorados, alguns elementos do Partido Socialista aqui presentes, que têm uma posição tripartida e não vou especificar quais, porque todos sabem, defenderam algumas das medidas, inclusivamente tendo chegado a dizer que a vacinação obedecia a uma matriz, que tinha a ver com a idade. Eu recorro, existem muitos países que deram primazia a zonas turísticas, para que as zonas turísticas pudessem laborar em pleno. No entanto, preferimos defender as decisões que vêm lá de cima, em vez de defender os nossos que muitos deles estão a morrer à fome."-----

Rui Serôdio: "Boa noite Senhores Deputados, em relação ao PRR, na altura da minha intervenção na última Assembleia eu falei foi do plano específico de recuperação do Algarve e não falei no PRR. O PRR é um programa a nível nacional generalizado para todos os conselhos. É o que foi falado há quinze meses pelo Partido Socialista é que iam fazer um plano específico, repito específico, para o Algarve. Portanto, isso nada tem a ver com aquilo que foi prometido aos algarvios, do plano específico. Em relação aos vários partidos aqui da na Assembleia, o que se verificou foi o seguinte, houve partidos que estiveram sempre ao lado da população e tiveram junto às preocupações da população e houve um partido que teve ao lado do governo e a desculpar tudo e todos o que o governo fazia e mesmo aquelas situações irresponsáveis e medidas incompreensíveis que foram feitas."-----

Gaspar Meirinho: "Boa noite a todos, eu queria subescrever as palavras dos meus colegas de bancada, nomeadamente as últimas foram proferidas agora pelo Rui Serôdio. O PRR não é efetivamente o plano específico para a região do Algarve. E relativamente à audição selectiva, como o Senhor Deputado Francisco Oliveira quis



dizer, também não me parece que esteja totalmente correto porque ainda tenho memória suficientemente fresca para me lembrar o que foi dito na altura e o que foi dito na altura é que efectivamente a utilização dos critérios que hoje o governo decidiu abraçar não passavam a exclusivamente por decisão da União Europeia. Tanto assim é que estamos a ver a questão de aferição para os índices estarem a aumentar, praticamente para o dobro, para ver se se consegue contemplar situações obviamente a nível nacional mas também felizmente não abranger o abrandamento das restrições a nível do Algarve por via dessas medidas que, eu congratulo, o Algarve avidamente necessita delas. Por fim, a única coisa que gostava de perceber, já na reunião passada, na última Assembleia, tal e qual como acabou de ficar dito agora, eu continuo sem entender é porquê que só os membros do PS Albufeira é que têm direito a ser ouvidos na Assembleia da República, membros esses que também fazem parte do executivo e quando há alguma coisa a fazer marcam-se reuniões na Assembleia, o resto do executivo dos outros partidos não sabe, não se quer fazer uma ação concertada e conjunta mas porquê? Se da última vez o PSD apresentou uma moção que acabou por ser acompanhada, se supostamente estamos todos no mesmo barco porque o interesse final é Albufeira. Eu continuo sem perceber porque que efetivamente essa selectividade, que aí é que se verifica que há uma selectividade na escolha das pessoas que vão daqui a Lisboa, para se fazerem ouvir e serem ouvidas. Continua sempre do mesmo lado, neste caso do lado da governação. Eu continuo sem entender isso e não creio que isso seja uma situação que deva ser aceitável. Se estamos todos no mesmo barco nesta luta contra a pandemia, pelo menos essa situação deveria ser partilhada para esse efeito. Não me faz sentido nenhum."----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, estas declarações a mim, confundem-me um pouco, a bancada do PSD acaba por dizer que o PS não defende, não quero saber, não se preocupa e que as pessoas que aqui estão da bancada do Partido Socialista nada fizeram para tentar resolver a questão ou, eventualmente, tentar alterar a situação. Vejo agora que o senhor Deputado diz que afinal os membros do PS foram lá cima e resolveram a situação. Eu não parece que os senhores do PSD tenham pedido qualquer indicação nesse sentido e poderiam, efectivamente, como qualquer cidadão pode pedir efectivamente uma reunião com os membros da Assembleia ou com quem entender. Portanto isto parece-me aqui uma dualidade de situações. Respondendo diretamente à Senhora Deputada Helena, só para lembrar que sabemos nós das dificuldades e dos problemas que os municípios de Albufeira e do Algarve têm, exactamente por causa do problema do turismo, mas só para lembrar, também já agora que, que nós temos neste momento uma taxa nacional de cerca de seis ponto nove de desempregados, ou seja, menor do que ainda antes da pandemia e também para lhe dar alguns números, se assim entende, só em termos de apoio do PT para o Algarve foram cento e dezassete



milhões virgula sete, do apoio apoiar simples foram mais nove milhões, no apoio a rendas foram sete milhões, o apoiar família e foram cento e trinta e sete milhões virgula sete e layoff mais de setenta milhões, à RP quarenta e quatro milhões e a fundo perdido foram entregues duzentos e trinta e três milhões de euros. E portanto nada foi feito, parece-me que todos estes valores estão efectivamente esclarecedores daquilo que tem vindo a ser feito e tem vindo a ser entregue. Mas continuo a dizer que se é para discutirmos a questão nacional tudo bem estaremos aqui, agora a verdade é que estes valores foram entregues e quanto à questão do plano, o plano efetivamente existe para um plano vinte e um trinta, que o Senhor Deputado irá depois receber em conformidade."-----

Ana Ramos: " Senhor Presidente, quanto à minha segunda questão eu perguntei custos e o senhor presidente me não respondeu. Quanto à questão dos campos de férias ou ATL's, como quiser chamar, segundo percebi o parecer negativo tem mais de um mês é isso? Ou tem um mês? Pronto, então não consigo compreender, Senhor Presidente, como é que tendo esse parecer um mês, só agora há três dias é que recebo, pelo menos falo por mim, tenho uma filha com quatro anos e que estava a contar naturalmente com os campos de férias em agosto, como é que eu recebo um e-mail a dizer que foi cancelado? E portanto, acho que seria útil de fato explicar e esclarecer melhor, porque se diz que não foi uma atrapalhada, eu acho que pelo menos um profundo desrespeito, profundo desrespeito para com os pais e mães deste conselho foi certamente. Porque ou a Câmara dormiu no ponto ou alguma coisa se passou, porque eu não consigo entender, a minha filha anda no Jardim de Infância na componente de apoio à família e na semana a seguir já não podia andar e agora afinal já pode, com base num outro parecer mais actualizado. É que é aquilo que está no comunicado do Facebook e eu não consigo entender, Senhor Presidente como é que tem um parecer negativo que aparentemente, segundo o Senhor Presidente diz, não iria arriscar, uma vez que surgem casos, já surgiram casos, incluindo nas creches de positivos, crianças positivas e não menosprezando o que isso significa como é óbvio, não consigo entender como é que só em cima da hora se avisa as pessoas, sem haver sequer tempo para as pessoas se prepararem para arranjar alternativas. Permita-me também, relativamente a este assunto, fazer um paralelismo com a situação de há um mês atrás e da questão dos restaurantes e dos horários, os meus pais têm dois restaurantes, naturalmente ficaram altamente prejudicados com estas medidas e sou muito sensível estas questões, fui se calhar uma das pessoas que dentro da bancada mais questionou, falei até que o Senhor Deputado Francisco Oliveira sobre esse assunto, sobre a questão da ida a Lisboa e por aí fora, mas há um mês atrás havia a questão de, estávamos naquilo que se falava ser uma quarta vaga, não se sabia muito bem por onde é que poderia ir esta quarta vaga e se poderia escalar ou não e a vacinação não estava nem tão pouco



mais ou menos ao nível que está agora. Ainda assim, o governo na altura, em grande prejuízo de todas as pessoas como os meus pais que têm negócios, decidiu acautelar e manter a questão dos horários e do dever geral de recolhimento e naturalmente que o Senhor Presidente e muitos da bancada do PSD questionou essa opção do governo, no entanto o Senhor Presidente, sabendo que vivemos num concelho em que as pessoas precisam de trabalhar no mês de agosto, muitas vezes é no mês de agosto que as pessoas ganham o pão inclusive para o inverno, o Senhor Presidente disse aqui, hoje, que nunca iria arriscar abrir os ATL's, ou campos de férias tendo um parecer negativo de há um mês. Portanto, não iria arriscar, porque enfim há crianças que ficam infetadas, sabendo as especificidades deste concelho. E no entanto fazem o paralelismo, já não usam o mesmo critério nem a mesma lógica nem o mesmo raciocínio para a questão de há um mês, a questão dos horários uma vez que tem de haver um olhar diferente para as regiões turísticas, para albufeira e por aí adiante. Eu gostaria que esse olhar também tivesse surgido da parte do Senhor Presidente relativamente ao mês de agosto e às escolas. E era isso que eu queria dizer, porque reitero que sentime desrespeitada enquanto encarregada de educação, enquanto mãe, sei que muitas outras mães se sentiram assim e se o Senhor Presidente tem dificuldade em assumir uma posição política face a um parecer negativo de há um mês, se calhar o governo também teve outros pareceres para definir os horários como definiu em prejuízo dos restaurantes e do comércio local. Aproveito também para perguntar, relativamente à questão dos empréstimos que foram dados e aos apoios que a Senhora Deputada Helena falou, inclusive os meus pais também tiveram de usar desses empréstimos para poder fazer face a esta crise, eu pergunto o que é que também a autarquia, que apoios é que deu ao comércio local nesse sentido. Obrigada" -----

Helena Simões: "Em resposta ao Dr. Francisco Oliveira, deputado aqui da Assembleia Municipal, em que começou a sua última intervenção falando no problema do turismo, eu diria que face ao nosso tecido empresarial, neste momento é o problema da falta de turismo, não o problema do turismo em si. Depois, trouxe para aqui uma série de números, percentagens de desemprego a nível nacional, layoff's, valores gastos, despendidos pelo governo e eu dir-lhe-ei que o tecido empresarial do concelho de Albufeira maioritariamente será micro, nanos, empresas em que muitas delas são empresas familiares, em que está lá o marido, a esposa, já em alguns casos a segunda geração e, em que muitos deles para recorrerem aos layoff's tiveram que se comprometer em manter os postos de trabalho sabendo, na certeza porém que se não os mantiverem terão processos contra-ordenacionais e terão que devolver a verba. Muitos deles tiveram que dar colaterais, contrair empréstimos, muitos deles tiveram de tirar da própria mesa para garantir os postos de trabalho. Eu sei que se calhar é uma realidade que não se vive e não se sente na Assembleia da República porque é uma



realidade completamente diferente mas é uma realidade do dia-a-dia de que vive, trabalha e tem pequenas empresas no concelho de Albufeira. Pelo que gostaria que, ao invés de nos jogar e nos atirar com números a nível nacional, percebesse a problemática do tecido empresarial no concelho de albufeira. E recordo uma vez mais, não estamos aqui para discutir o plano nacional estamos, aqui para discutir o plano regional e o plano de albufeira, logo cingirem-mos aos números locais e à realidade daqui. Eu recordo que, eu não estou aqui, eu não discuti a matriz, seis ponto nove é nacional, o valor que referiu a nível dos layoff's e empréstimos e afins é nacional, não é local. Em relação ao PRR, reitero, acho que todos sabemos ler, todos tivemos acesso ao documento, ou pelo menos temos forma de ter acesso ao mesmo, eu irei repetir ou retirar que, não estou a discutir as opções políticas que muitas das vezes são opções políticas o PSD pode ir à esquerda, o PSD vai a direita ou vice-versa, mas são opções políticas e que todos terão que assumir as consequências de tal, eu discuti apenas e só o valor em proporção ao contributo que o concelho e a região do Algarve dá para o PIB anualmente nas últimas décadas. Foi apenas e só, e aí sim, aí eu digo eu não me revejo, não me sinto representada, porque não vejo em momento nenhum ou em momento algum, algum dos deputados do Algarve a defender os interesses da região e é apenas e só em relação a isto. E peço desculpa se sentiu visado mas, a memória seletiva às vezes atraiçoa-nos nesse sentido."-----

Rui Serôdio: "A intervenção do Deputado Francisco Oliveira só veio dar razão àquilo que eu tinha dito. Albufeira e o Algarve está uma miséria, os funcionários estão desempregados, os empresários estão falidos mas na propaganda socialista está tudo bem. O desemprego está inferior a antes da pandemia, foram dados milhões para cá, isto só vem afirmar é que é enquanto uns partidos estão a favor da população outros estão a desculpar as medidas do governo."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, vou apenas falar aqui de três pontos. O primeiro, vou fazer um elogio, ultimamente não tem havido elogios aqui na Assembleia, mas vou elogiar os profissionais de saúde, hoje desloquei-me ao centro de vacinação, tive algum tempo na fila, como é normal, mas hoje em dia também esperamos tanto na fila para pagar as compras no talho, na peixaria, esperamos em todo o lado. Lá esperei algum tempo, nada demais, mas fui bem atendido e nota-se que as pessoas estão lá para ajudar e para tentar levar este conselho e este país para frente. Por isso, publicamente aqui, os meus parabéns a todos os profissionais de saúde que estão lá dia a dia para tentar combater esta pandemia. Em relação ao segundo ponto, diretamente relacionado com a freguesia da Guia e com o concelho de Albufeira, este é um problema que não existe só na Guia, existe em todo o concelho, que é a recolha dos ecopontos. Ontem liguei para liguei para um dos responsáveis da ALGAR, anteontem a mesma coisa, porque nós temos tido de várias queixas da recolha, ou



melhor, da não recolha dos ecopontos. Acontece que as pessoas vão acumulando o lixo na zona envolvente depois com os ventos que tem existido durante a noite, esse lixo é arrastado para as estradas e nós depois temos que andar fazer o pedido a Luságua para limpar as estradas e vias públicas e dá um mau aspeto enorme. Por isso, Senhor Presidente eu também já fiz o meu papel, como Presidente da Junta, junto da ALGAR, não sei se o Senhor Presidente já o fez, mas peço que também faça por nós todos, que somos mais e mais fortes para ver se conseguimos levar isto para frente. Eles garantiram que na noite passada ia ser tudo levantado, por acaso hoje mal levantei fui dar a voltinha pela Freguesia, vi que conseguiram levantar alguns, outros não, voltei a mandar o e-mail e a insistir com eles, acho que hoje vai ficar tudo OK. Depois também acho que era importante, acho que nas outras freguesias às vezes também acontece este problema. Em relação à ida a Lisboa, por acaso fizemos uma boa viagem, graças a Deus, correu tudo bem, a mim o que me custou mais e eu vou ser direto, foi, eu fui a Lisboa mais por ver o sofrimento que eu via na cara das pessoas da Guia, porque na altura as pessoas não tinham clientes, não tinham ninguém, não tinham nada e estavam todas elas à rasca para poder pagar os ordenados. E foi por isso que eu fui Lisboa e falei que o Francisco falei com mais disputados do Algarve, eu fiz aquilo pelos nossos, para tentar melhorar, não sei se serviu ou não, um dos pontos falamos foi os horários e com a notícia de hoje fiquei bastante satisfeito, porque nós temos muita qualidade na freguesia da Guia, os restaurantes são muito bons, a comida é feita na hora e nós atualmente o que é que temos? Temos ali restaurantes que a partir das oito e meia não poderiam receber clientes, para poder servi-los até às dez e meia, a partir das oito e meia não podiam receber clientes. O que é que acontecia? Os proprietários iam à porta e diziam "lamentamos, mas não podemos receber mais ninguém". Os proprietários eram insultados, chamavam tudo e mais alguma coisa. Mas, penso que com este alargamento do horário as coisas vão melhorar e o que eu e gostava era que tivéssemos um bom mês de agosto, para que as pessoas levantassem a sua economia e que fosse bom para todos nós." -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente é só para lembrar aqui a Senhora D. Helena Simões que de fato estes números são números regionais, são números do Algarve e de fato o valor do desemprego é um número nacional. Mas gostaria que não deturpassem estas informações, que as informações estão corretas e que efetivamente estes duzentos e trinta e três milhões foram entregues a fundo perdido para além de todos os outros valores. Isto não é propaganda, é uma realidade, se não foram entregues mais é porque infelizmente se calhar o erário público não permite, talvez agora com o PRR haja possibilidade de poder dinamizar nesse sentido. Mas de fato, não estica, porque efetivamente não há possibilidade de estar em todo o lado. Se refere que os comerciantes, os donos de restaurantes do Algarve estão numa situação complicada,



não tenho dúvida alguma, mas por este país, quer Lisboa, que também tem uma zona aliás de bastante turismo também sofreu imenso, quer outras zonas do país. E de fato todos nós, infelizmente, sofremos com esta pandemia, portanto não há aqui uma atitude de querer passar culpas, ou de eventualmente passar uma esponja sobre a situação, mas fez-se aquilo que foi possível e por isso mesmo os valores foram adiantados e foram adiantados com alguma parcimónia, porque inicialmente dizia-se que tinha que se dar mais dinheiro e que se fazer porque se pensava que a pandemia teria uma vaga, já vamos na quarta e portanto isso quer dizer que se calhar a forma razoável como as coisas foram feitas determinou essa parcimónia e essa capacidade para ver que as coisas não estavam terminadas e poderia vir por aí mais qualquer coisa de grave. Mas deixo esta situação que, opiniões políticas sim senhora para discutir, inverdades eu não aceito."-----

Adriano Ferrão: "É para dizer que eu não invejo a vossa posição, falar aqui do PS aqui em Albufeira, vossa posição

Política. O governo analisa o Algarve e em particular, Albufeira como concelho turístico igualmente aos outros. O PS Albufeira fica no meio da ponte, não contesta o seu governo com a antecipação necessária para que as medidas já tivessem sido tomadas, já deviam ter sido tomadas há que tempos, são sempre reativos, a gente sabe como é que isto é, ainda agora disse que se pensava que só vinha uma primeira vaga, vem várias. Mas gostaria, com certeza que o PS de Albufeira fosse mais efetivo na defesa dos Albufeirenses. Mas não pode contestar o governo, mas quer defender os Albufeirenses, esta é uma situação fica aqui no meio. Afinal, em cima do muro a pergunta é de que lado é que estão? Para mim, lamento e sugeria que se definissem. Quanto àquilo que o governo prometeu, enfim, prometeu trezentos milhões para o Algarve, ter um hospital central, que depois fugiu do orçamento, portagens que afinal não foram de cinquenta por cento, etc., é areia para os olhos."-----

Presidente da Câmara: "Queria esclarecer a Dra Ana Ramos, que eu não desrespeitei ninguém, nem foi minha intenção fazê-lo, nem será, com certeza, nunca fazer. E vou clarificar, se alguma coisa ficou dúvida, esclarecer aqui duas coisas, existe há uns anos campos de férias do primeiro ciclo, que normalmente funciona no mês de julho e agosto. Existe posteriormente, criamos os campos de férias no Jardim de Infância que só funcionam no mês de agosto. Relativamente aos primeiros campos de férias do primeiro ciclo, foi relativamente a esses que eu disse que havia um parecer não favorável da Autoridade Sanitária do Concelho que é o Senhor Doutor Joaquim Bodião, que eu por acaso até tenho aqui, pensava que não tinha, mas até tenho, que chegou no dia vinte e cinco de junho e foi aqui que eu disse precisamente que foi por esta razão que tinha de suspender o campo de férias do primeiro ciclo, que é o programa "Há Verão", no mês de julho precisamente por este parecer. E a minha responsabilidade



não me deixaria contrariar um parecer de uma Autoridade Sanitária, deixando que acontecesse o programa de férias naturalmente contrariando o parecer. Mas não fechei a porta à existência do campo de férias no mês de agosto, que está a acontecer uma vez que o parecer para o mês de agosto foi com algumas condicionantes, não foi bem favorável, mas permitiu abrir uma porta para se resolver. Se fosse do mesmo teor deste que está aqui, com certeza que não haveria, eu não podia ir incumprir um parecer desfavorável de uma Autoridade Sanitária que não sou eu, eu não tenho autoridade sanitária. Relativamente ao Jardim-de-infância, o pré-escolar, no mês de agosto estão caminho normal, é mais ou menos o normal. Relativamente à questão dos apoios, quais foram os apoios que a Câmara de Albufeira deu o comércio local, acho que deve andar muito distraída, ou então não sei o que se passa, nós atribuímos, em três fases, do Fundo de Apoio Empresarial, atribuímos um milhão e oitocentos mil euros. O município de Albufeira isentou variadas taxas, opção de via pública, relativamente às esplanadas e relativamente a obras particulares, isentamos várias taxas de publicidade, de pagamento de rendas de espaços do município, nomeadamente de lojas nos mercados, por aí fora, isentamos as tarifas fixas de água, resíduos sólidos e saneamento para os empresários durante vários meses e para toda a gente durante ali alguns meses. Logo, salvo erro, no ano dois mil e vinte, na altura do Natal implementamos uma coisa chamada cheque-prenda para precisamente através dos estabelecimentos comerciais aderentes, para as pessoas puderem adquirir aquilo que entendessem essencialmente para os alunos da escola. Evidentemente que as pessoas, depois fazem as compras que assim entenderem. Ajudamos os táxis e com os táxis fizemos um acordo com a ALBUCCOOP, o acordo do cheque-prenda foi com foi através da ACRAL, Associação de Comerciantes da Região do Algarve e para além de apoiarmos os táxis numa machadada aproveitamos duas hipóteses. Foi os táxis e foi a restauração, a restauração no sentido de os táxis poderem transportar os take away's dos restaurantes que iam recebendo de encomendas. Cedemos às escolas oitocentos e setenta e três, tablets para os alunos do ensino básico e cento e dez computadores portáteis para os alunos do ensino secundário. Recorde-se, o relatório veio a público a semana passada, ou esta semana ainda, do Tribunal de Contas e vejam qual foi a quantidade de entrega de computadores do Governo Central nas escolas. Vejam o que é que lá está dito. Só para Recordar aqui essas situações. Isto para dizer que com tudo aquilo que o município de Albufeira apoiou, as mais diversas actividades, distribuímos EPI's por todas as entidades públicas e algumas delas até uma ou outra privada, nomeadamente IPSS, Guarda Nacional Republicana, quer a Brigada de Trânsito quer a Brigada Territorial, os Bombeiros Voluntários de Albufeira, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Centro de Saúde, adquirimos e imensos equipamentos, para o Centro de Saúde e instalamos aqueles pré-fabricados destinados e dedicados ao Covid. Não era nossa obrigação formal,



instalamos e implementamos o Centro Vacinação Municipal, a responsabilidade é da responsabilidade da ARS, no entanto tudo aquilo que está à vista, desde as limpezas, desde a segurança, desde tudo e mais alguma coisa, os gabinetes de vacinação que estão lá dentro, desde os locais para sombreamento, é tudo as peças do município. Tudo isto somado com tudo aquilo que fomos apoiando, as mais diversas entidades quer públicas, quer privadas e somando também aquilo que a Câmara deixou de receber, principalmente do IMT, que é um imposto que depende muito, é muito circunstancial, isto é, depende da circunstância, nós devemos ter já despendido, tudo somado dá a volta de vinte milhões de euros. Portanto, é bom que se veja este número, mas eu trago aqui um relatório quando isto agora terminar. Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, a questão dos ecopontos, os ecopontos, como sabe é da inteira responsabilidade de uma empresa que é a ALGAR e a Câmara Municipal não tem literalmente nada de responsabilidade sobre aquela recolha, inclusivamente há dois ou três anos íamos sendo castigados por mandar o nosso pessoal ou a empresa que nos presta o serviço apanhar garrafas de vidro estava no chão, até davam a entender que estávamos a roubar, que o vidro é respeitante a eles. Tenho falado, quase todos os dias com o Administrador-Delegado da Algar e ontem à tardinha passei pela zona da Galé era um pandemónio, eu falei com ele imediatamente, disse que tinha ido dar uma volta e que tinha de mandar alguém e ele garantir-me que ontem à noite vinham recolher algumas destas três coisas, que é o vidro, papelão e as embalagens e hoje de manhã por volta das sete horas passei lá estavam realmente algumas coisas recolhidas, inclusivamente estive junto ao supermercado que está lá, Apolónia, e imediatamente telefonei e ele disse-me que não conseguiram recolher tudo, mas iriam recolher hoje. Hoje não sei, posteriormente não passei lá mais. Já tinha falado várias vezes com a administração da Algar nesse sentido e a razão para que isso aconteça eles alegaram a razão de falta de motoristas. Tudo é entendível, agora nos, Câmara Municipal não podemos abarcar com responsabilidade que não é nossa. Nós temos evidentemente que chamar a atenção e é isso que faço centenas de vezes, basta ver pelas mensagens que tenho aqui e pelas chamadas para a Algar que é constantemente, quase todos os dias e a situação está mesmo mal. Dizia eu há dias, numa reunião que tive com eles, se este ano tivesse sido um ano igual a 2019 em termos de turismo, então não sei o que é que seria. E bastou haver aqui um bocadinho mais, foi isso que aconteceu, estes últimos dias, basta haver um bocadinho mais de pessoas cá no concelho, turistas claro, para aquilo subir tanto. Enchem os contentores, os ecopontos, sejam eles daquela fileira e claro quando fica cheio eles põe no chão. Aquilo parece uma guerra, é altamente o mau para Albufeira. Estamos em cima disso, claro e com certeza, que qualquer um de nós pode ter a responsabilidade de telefonar para a Algar e de chamar a atenção, mandar um email a chamar a atenção disso e os Presidentes de Junta também têm essa



responsabilidade, acho que devem fazê-lo. E eu também vou fazer sempre, mas é bom que se entenda que realmente a situação está muito difícil, extremamente difícil e enquanto eles não fizerem uma prestação de serviços com outra empresa não vão conseguir. Isto acontece aqui em Albufeira neste momento acontece também nos outros concelhos que há dias estive em Lagoa e acontece a mesma coisa.”-----
Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, excelentíssima Mesa e excelentíssimos Deputados, as palavras que o Dinis disse, subescrevo plenamente, na minha Freguesia acontece precisamente o mesmo. Relativamente o meu assunto, que me traz aqui, ouvi uma série de opiniões na nossa bancada, ainda bem a falar de problemas, cheguei a uma conclusão, se calhar estou enganado, que há vinte anos andamos enganados em Albufeira, porque estamos só viver do turismo onde nós deveríamos ter feito outras actividades, desenvolvido outro comércio que não o turismo. Como veio agora o vírus, poderá vir outro vírus, poderá vir outra coisa, portanto, temos de estar preparados, temos de ter escolas formação, para electricistas, canalizadores, essas coisas assim. Acho que é uma política errada, há vinte anos que isso não foi feito, depois vejo aqui, nestas bancadas que a gente debate aqui nas Assembleias e vejo uma bancada sempre a dizer assim “Senhor Presidente para combater o desemprego faça-se empresas municipais e dê-se emprego à população. Aí, esta pandemia, se estivéssemos a trabalhar em outras áreas, a pandemia já não afectava como afectou, todo o comércio e todas as outras actividades económicas, mas afectava menos. É essas coisas que nós temos de ter em atenção. Relativamente à ida lá em cima a Lisboa, foi dito nesta Assembleia, consoante o programa de vacinação assim iam desagravando as medidas de restrições. Acho que toda a gente percebeu isso, ou devíamos ter percebido, conforme tiver a população vacinada, as medidas iriam diminuindo. Se a população não estava vacinada era difícil, não íamos cair no risco ou no erro, como o Senhor Presidente disse e muito bem, com o campo de férias, não ia arriscar uma coisa que antemão sabia que ia trazer problemas a seguir. Portanto, arriscávamos, se calhar, a estar fechados agora. É isso que nós temos de ter em atenção, porque estamos a falar de um vírus, não estamos a falar de uma coisa simples, estamos a falar uma pandemia não e temos ter a noção todos disto. Há vinte anos ninguém pensou neste vírus, mas se calhar daqui para frente vamos começar a pensar, ou deviam pensar. E outra coisa que eu digo, tem sido debatido aqui nessas Assembleias, cada vez que há concursos para adjudicar a empresas, tem sido falado em criar uma empresa intermunicipal, na empresa municipal para dar trabalho às pessoas que vivem em Albufeira, aos Albufeirenses. Tenho ouvido sempre falar nisto, como há outras bancadas que votam contra e dizem assim, nem concordam com bancada mas deve-se abrir concursos e por pessoal. É essas coisas nós temos de ter em atenção e as políticas que vêm de há vinte anos estamos agora a sofrer, na nossa pele, uma



política em Albufeira de há vinte anos, não podem dizer que não, o vírus só chegou, agora mas se nós tivéssemos precavido, como foi dito por algumas pessoas, o governo devia de se ter precavido, nós os albufeirenses todos devíamos ter precavido, não estamos aqui a criticar ninguém, estamos a falar de uma política que é assim, não temos escolas, não temos canalizadores, não temos electricistas, não temos nada. Não temos, temos poucos e os poucos que há estão sempre ocupados. Se nós trabalharmos nestas áreas, já para não falar da agricultura, que o Algarve tinha muita agricultura e agora não tem, tem sol, tem água até uma série de coisas que pode trabalhar, é isso que nós temos de ver, temos de ver as políticas que foram feitas nos últimos anos." ---

Roberto Raposo: "Boa noite mais uma vez, era só para dizer aqui umas palavras, quando se diz que o PS Albufeira não faz nada, eu gostava de lembrar que o PS de Albufeira tem três Vereadores sem pelouro e que propõem propostas à Câmara, muitas delas vão a reunião de Câmara são chumbadas e uns meses depois estão a ser propostas pela Câmara. Eu posso dizer, o ano passado foi proposto fazer um pacote de apoio no valor de dez milhões de euros para ajudar o comércio, isto pelos Vereadores do PS, para apoiar o comércio e os trabalhadores de Albufeira e essa proposta foi chumbada. Outra coisa, há já duas Assembleias que parece que estou na Assembleia da República e não na Assembleia Municipal. Eu gostava de, como dizem, o PS não convidou a bancada do PSD para ir lá em cima a Lisboa, pois não foi a bancada do PS que organizou, foi dois Presidentes de Junta que pediram ao Francisco Oliveira para ter uma sessão lá em cima. Como eles sabem que o Francisco é Deputado da Assembleia da República, os deputados daqui da bancada do PSD sabem a mesma coisa. Acho que nunca nenhum falou com o Francisco para pedir uma audiência lá em cima." -----

Ana Ramos: "Senhor Presidente, eu agradeço o esclarecimento, mas queria também e peço desculpa por me focar na minha situação em concreto, porque é a minha, mas que sei que é de muitas outras dezenas de mães e pais. Eu no dia vinte e sete de julho, esta semana, terça-feira às nove da manhã recebi um e-mail que dizia: "Excelentíssimos Encarregados de Educação na sequência do comunicado efetuado pelo Excelentíssimo Presidente de Câmara Municipal de Albufeira, Doutor José Carlos Rolo e lamentavelmente devido à evolução da situação pandémica no nosso concelho, serve o presente e-mail para informar do cancelamento do projeto "é tempo de brincar". Nesse dia eu fiquei sem saber o que fazer a minha vida, que é mesmo assim, mas fui eu e tantas outras mães, depois no dia vinte e oito de julho às vinte e trinta, portanto um dia depois, recebo outro e-mail a cancelar o cancelamento: "Caros Encarregados de Educação, segundo parecer atualizado do Delegado de Saúde de Albufeira, será possível a realização dos campos de férias para o pré-escolar, respeitando todas as normas impostas e com os devidos reajustes, que as equipas deverão adotar nos equipamentos. Todos os Encarregados de Educação, no primeiro dia de actividades



deverão assinar uma declaração de termo de responsabilidade. Estamos a falar de um dia a diferença. Eu lamento se me senti, no mínimo desrespeitada e considero isto uma atrapalhada. E como eu, tantas outras mães sentiram mesmo. E tenho a dizer relativamente à questão dos pareceres e de pareceres actualizados, que seria útil, volto a reiterar, esclarecer e disponibilizar esses pareceres, precisamente porque há um termos para os pais assinarem. Muitos deles poderão até ter opção, há outros que não têm e tem mesmo que deixar as crianças nos campos de férias, digamos assim, e portanto eu também volto a reiterar o paralelismo que fiz a pouco, que o Senhor Presidente naturalmente não vai contra um parecer, como disse, cálculo que o governo também, antes de tomar certas medidas, normalmente também tem reuniões com o Infarmed e por aí fora. Portanto a lógica é exatamente a mesma, se especificidades servem para criticar e fazer colagens do deputado Francisco Oliveira com o governo, as especificidades de Albufeira e a realidade de Albufeira também deveriam servir para o Senhor Presidente pensar que, comunicar a vinte e sete de Julho a não sei quantos pais deste conselho que não vão ter onde deixar os seus filhos e portanto, não sabem se podem ir trabalhar, também se calhar deveria ponderar essas opções políticas que toma assim de ânimo leve. Relativamente à questão dos apoios da Câmara, aqui o Roberto já falou, muito bem, eu estou atenta e sei muito bem que há muitas propostas que foram feitas pelos Vereadores não permanentes do Partido Socialista, nomeadamente a questão dos vouchers e posso lhe dizer no que diz respeito à minha situação em concreto e à minha família, que se não fosse os apoios centrais, da Administração Central, os apoios locais seguramente não nos safariam da situação que a pandemia nos deixou."-----

Rui Serôdio: "Estive a escutar a Deputada Ana Almeida e compreendo a situação, desta situação que foi cancelada, mas queria perguntar, como é que se sentiu quando a Direcção-Geral da Educação, num domingo à noite disse que a partir de segunda não havia aulas até o final do ano lectivo?"-----

Presidente da Câmara: "Apenas para justificar o vinte e sete e o vinte e oito, em vinte e sete ainda não tinha vindo nada da Autoridade de Saúde e no dia vinte e oito veio o tal parecer que, enfim era mais ou menos. Daí que foi invertido, como já disse, estas coisas têm de ser resolvidas assim, conforme o conhecimento que vamos tendo das situações. Portanto, se não entendeu, olhe, pois passe a entender. Relativamente aos dez milhões, já falei que nós tivemos uma quebra de vinte e um milhões, tendo em conta aquilo que se apoiou e aquilo que se deixou de receber portanto até são mais de dez milhões. E os apoios principais terão que ser de programas, da Administração Central e não das Câmaras, porque provavelmente e dificilmente haverá Câmaras que tenham dado tanto apoio aos seus municípios como a Câmara de Albufeira, pode ter a certeza disso, isso garanto-lhe."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 27-05-2021 e 24-06-2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 27-05-2021:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Óscar Hilário e Ana Luisa Simões, pelo que não votaram -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 24-06-2021:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----



Não estiveram presentes na referida sessão os membros Bertílio Matias, Ana Luisa Simões e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo que não votaram. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 4.ª Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2021;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Ana Luisa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, referente à "Proposta de adaptação dos regulamentos em vigor no Município de Albufeira, no âmbito da Ação Social, como medidas extraordinárias no âmbito da pandemia Covid-19"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana



Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Ana Luisa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização referente ao "Encerramento da Liquidação (dissolução) da Sociedade "PólisAlbufeira, S.A. - Em Liquidação" - Minuta da Escritura Pública de "PARTILHA" - Adjudicação ao Accionista Município de Albufeira dos Bens Imóveis daquela Sociedade - Proposta"; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente era um esclarecimento relativamente à alteração que foi feita à minuta. A minuta inicial dava como avaliação valor de dois milhões e qualquer coisa, duzentos mil ou seiscentos mil, agora não tem presente, que era efetivamente o valor que a Câmara Municipal tinha já adiantado ou tinha já pago por conta do estado, relativamente aos valores que estavam em causa. O que é que acontece? Acontece que agora foi avaliado o acervo que vai ficar na Câmara Municipal, em cerca de seis milhões e, a pergunta é muito simples, normalmente as regras quando há uma situação em que efetivamente uma das partes fica com o valor superior há as chamadas estornas, o estado também, eu li a minuta, vem dizer que abdica das estornas. Mas a questão que se coloca e é um esclarecimento, porque eu também não fui ver a fundo, é se a Câmara Municipal não vai ter que pagar imposto sobre o valor que efetivamente vai receber a mais. Não há tornas, portanto não paga tornas mas tem efetivamente um benefício. Normalmente, por regra, se é o particular, se é uma empresa, se não é uma Câmara Municipal, esse particular, mesmo que as tornas sejam efectivamente, portanto, que não haja tornas e que a outra parte renuncia as mesmas, há que fazer o pagamento do imposto. Era só uma pergunta, saber se efectivamente há ao não pagamento de imposto? Ou se a Câmara Municipal estará isenta desse imposto relativamente às tornas?"-----

Presidente da Câmara: "Por aquilo que me foi dado a conhecer acho que não há direito a pagamento de imposto. Isto foi apenas um entendimento, isto esteve cá na última sessão da Assembleia, depois ter que sair porque o accionista, o Estado, não entendeu que a minuta pudesse ser daquela forma, com aquele valor e teria que



ser com um valor diferente, escusando as tornas, o excedente. Por aquilo que me dizem não é necessário pagar."-----

Presidente da Assembleia: "Se me permite, também tem a ver com duas questões, uma saber se entra no domínio privado ou no domínio público do município e como tal a questão do imposto se entra para o domínio público não se coloca. E outra questão, que efetivamente o Senhor Presidente referiu, é que o accionista Estado impôs, porque foi a expressão foi precisamente esta, impôs que o valor fosse recalculado desta forma porque caso contrário, eventualmente já teríamos mais dez anos, outra vez em cima para conseguir fazer esta partilha. Ou seria feito como é típico da negociação ou seria feito assim ou não seria. Daí a alteração que foi feita na minuta e que também tem com o fato de o município de Albufeira ter sumido e liquidado a dívida de dois milhões dezasseis mil quinhentos e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos referente ao empréstimo contraído pela sociedade junto da Direção-Geral do Tesouro ou seja, se o município não pagasse aquilo que o estado accionista também deveria ter partilhado não tinha nada. Das duas uma, ou o município ficava com as lojas todas, com os imóveis todos e com o passivo praticamente todo, ou não havia partilha e isto continuava. Isto também tem a ver com as intervenções que nós tivemos na última Assembleia ou nas Assembleias anteriores, não me recordo, se foi a penúltima, referente a esta esta liquidação desta sociedade e porquê que demorava. A demora não foi efectiva pelo Município, foi efectiva pelo Estado, porque depois de ter aprovado a minuta voltou a fazer esta alteração, porque não aceitava que o valor atribuído ao servo fosse o que estava na última minuta que veio, mas sim nesta e que as menções das alterações vêm esbatidas, porque é preto e branco mas são as que vêm aqui esbatidas. E a haver despesa ou não, o pagamento do imposto não seria feito de outra forma, se vier a haver, porque a partilha é liquidada a posteriori e a Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças há-de fazer, através da Autoridade Tributária, o cálculo desse valor, mas isto era efectivamente, não substituindo ninguém, era efectivamente uma questão muito simples, ou era assim ou não era. Porque o Estado fez esta posição de força e eu fui contactado pela Dra. Ana Nunes, no sentido de passar alguma desta informação, tirando a outra que depois é da leitura dos documentos, mas tem efectivamente a ver com estas questões e a alteração que vem da minuta é exclusivamente referente aos valores, não é mais



nada porque foi só a única questão que se alterou à proposta inicial pelo Dr.º Marcos Pires, o notário que vai fazer a partilha e estamos daqui a bocado há 15 anos para fazer esta festa esta escritura de partilha."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Luisa Simões, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Proposta de Alteração do Plano de Pormenor do Porto de Recreio de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Ana Luisa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Proposta de Alteração do Plano de Pormenor - Plano de Intervenção no Espaço Rural - Escarpão"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Óscar Hilário: "Boa noite mais uma vez, após a leitura dos vários dossiers, dos impatos, dos estudos que foram apresentados é possível num deles a ler-se a que existem dois pareceres desfavoráveis. Um da CCDR Algarve, relativamente a um documento datado de treze de julho de dois mil e vinte, e um da DGT, a Direcção-Geral do Território, portanto essa essa decisão estaria salvaguardada se houvesse alterações relativamente ao que lá estava mencionado, eu não encontrei de facto, mais tarde, num dos estudos depois um parecer favorável ou eventualmente favorável condicionado. A minha pergunta é se houve alguma alteração relativamente a estes pareceres desfavoráveis? Porque é que estes pareceres desfavoráveis surgem aqui desta forma tão taxativa?"-----

Segunda Secretária da Mesa - Emília Sousa: "Relativamente a esta questão tenho aqui uma situação que me deixa algumas dúvidas relativamente ao espaço a ser ocupado relativamente à extração. Creio que há aqui um aumento do espaço de extração em cerca de cinco mil metros, pelo que eu entendi. Anteriormente seria cerca de vinte e cinco mil metros e atualmente são cerca de trinta mil metros, portanto, há uma extensão, ou seja, há um aumento da extração dentro da área. Se realmente se verifica essa situação? Depois há também uma ocupação do espaço, pelo que eu percebi deste documento, para energias renováveis também dentro de uma área de cerca de cinco mil metros. Será que este aumento não virá trazer um bocadinho mais de poluição àquela zona? Uma vez que vai ser estendido para a zona norte e que irá ocupar, creio eu, por aquilo que subentendi, mais da zona da Freguesia de Paderne, se não haverá algum impacto em termos de poluição e terá também consequências naquilo que vem neste momento que será o projeto que está em curso do Algarvensis, dos percursos ecológicos e toda aquela situação, se não haverá algum impacto também com esta situação? Uma vez que devido à proximidade daquela zona e uma vez que há uma extensão da Pedreira, portanto



das várias Pedreiras na área que será ocupada e que será intervencionada, na extração e que poderá, eventualmente, ter parte da poluição algum Impacto."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente a este Plano Pormenor é natural que haja algumas dúvidas e são legítimas, mas também há uma certeza, os pareceres são favoráveis, depois peço se o Diretor de Departamento, aqui presente, Senhor Arquiteto Eduardo Viegas, para complementar tudo aquilo que eu agora aqui disser. No entanto acho que isto é profundamente positivo, independentemente de um pormenor ou outro, a questão do Algarvensis do Geoparque, foi salvaguardada, esses percursos. Albufeira com este parque de energia fotovoltaica que contribuir grandemente para a descarbonização, portanto acho que é extremamente importante e acho que é exemplar, nesse aspecto, e ainda bem que há este investimento. Relativamente ao aumento da Pedreira não vejo que isso tenha graves problemas, poluição a mais não será com certeza."-----

Diretor de Departamento - Arq. Eduardo Viegas: "Boa noite, sobre a primeira questão dos pareceres, em termos do que consta no processo, tem a ver com o histórico processual todo, o Plano foi sujeito a primeira conferência procedimental em que efetivamente houve pareceres desfavoráveis, posteriormente a proposta do Plano foi reformulada e quando chegou à sua fase final, à segunda conferência procedimental, os pareceres foram todos favoráveis e com isso passou a fase de discussão pública e chegou agora para ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. Na componente do Geoparque, eu posso referir que o que está aqui em causa é uma alteração a um Plano que já está em vigor, que contém também na sua vertente medidas compensatórias ambientais entre os quais um centro de interpretação ambiental que está englobado nesta questão do Geoparque Algarvensis como um sítio onde poderá ser de interesse em termos de observação geológica. Em termos das áreas que referiu, não tenho agora em precisão detalhe para poder esclarecer com rigor, poderei fazer isso com mais detalhes posteriormente, mas o que eu posso dizer é que a área do plano se manteve inalterada em termos de perímetro global, pode haver mudanças, ajustes de áreas lá dentro mas tem a ver com um dos objetivos do Plano que tem a ver com a realocação das centrais de britagem e com essa deslocação pode haver aqui mudanças de valores de áreas, mas em termos da área global do Plano, ela manteve-se inalterada em termos de perímetro. Outro dos objetivos que esta alteração



inclua tem a ver exactamente com a compatibilização, ou com, digamos, permitir o uso complementar em termos de fotovoltaico e da zona de extracção, na zona do Plano atualmente em vigor é permitida apenas extração de inertes, com esta alteração passa a ser possível também fazer fotovoltaico, isto dentro do perímetro do plano por isso não é não é fora do perímetro do plano, não há expansão deste tipo de uso fora do Plano. Isto é uma situação que em termos do PDM também é possível, o que não seria possível era dentro desta zona onde estava designado zona de extração de inertes não era possível outro uso que não a extração de inertes e com esta alteração passa a ser possível fazer fotovoltaico enquanto não houver extracção."-----

Roberto Raposo: "Sobre este assunto, eu tenho conhecimento e sei que existe lá várias grutas naquela área, existe uma mesmo junto àquela parte já foi preparada para os painéis solares. Gostava de saber se isso foi tido em atenção, para não haver a destruição de mais grutas, porque existia lá mais grutas, que foram destruídas pelas extrações da pedra e gostava de saber se as que existem ainda, se vão ser mantidas ou se vão deixar destruir mais algumas?"-----

Diretor de Departamento - Arq. Eduardo Viegas: "Sobre esta questão específica, das grutas, não tenho informação detalhada, o que eu posso dizer é, a zona onde hoje em dia e onde no plano atualmente em vigor ficou zonada a questão do parque fotovoltaico, foi numa zona onde em momento anterior foi efectuada uma terraplanagem com terras vindas da zona exterior à área do Plano e há um conjunto de acções, de contrapartidas ambientais, já do Plano em vigor, não estamos a falar desta alteração, entre os quais tinha, por exemplo a recolha de uma zona onde estava depósito de pneus, que esteve lá e já foram recolhidos, o centro de interpretação ambiental, há um conjunto de acções de compensação ambiental que foram previstos no plano inicial e que têm vindo a ser implementados pelos promotores. Nós, enquanto Câmara acompanhamos essa execução. Em termos das grutas, a questão concreta que colocou não tenho uma resposta objectiva. Nas zonas onde é possível a extração de inertes pois ela será possível, noutras zonas não."-----

Presidente da Assembleia: "Só uma questão, toda esta questão tem a supervisão do Ministério do Ambiente?"-----

Diretor de Departamento - Arq. Eduardo Viegas: "Claro, as pedreiras têm de passar o seu processo de licenciamento, o Plano apenas dá o enquadramento em termos do ordenamento do território, para que se licencie uma Pedreira tem que



ser aprovado o seu Plano de Lavra, tem que ter o estudo de impacto ambiental respectivo, todos esses procedimentos, em termos de cada actividade, que tem a ser licenciada dentro do plano terá que ter o seu processo próprio de licenciamento."-----

Francisco Guerreiro: "É só para esclarecer aqui uma coisa porque se calhar as pessoas estão um pouco esquecidas, o tempo passa e nós esquecemos as coisas. Que eu me lembre, e já estou cá há uma série de anos e conheço muito bem aquele território, pisado por mim e a verdade é só esta, eu estava no Partido Socialista, como sempre estive, levantei montes vezes a questão, no próprio partido e na Assembleia Municipal sobre aquela zona. Fiz por escrito para a CCDR, para todo o lado, nunca ninguém ligou à minha conversa nem aquilo que eu fiz. A verdade é que, falam em gruta, não sabem o que é que existia lá. Eu sei, existia lá muitas grutas e eu mandei um filme daquelas brutas para a Câmara Municipal mas ninguém ligou, nem o Partido Socialista, nem os elementos me acompanhavam e agora depois do mal feito é que viemos falar. Então vou lhes dizer mais uma coisa, todo aquele terreno, todo aquele mato foi aterrado com terras da Marina. Eu levantei a situação montes de vezes, repito outra vez, ninguém me ligou, no próprio partido, ninguém me ligou, na Assembleia Municipal ninguém me ligou. E o que está lá foi terrenos da Marina, não foram só pneus, os pneus é o menos, o que está lá tudo é terras da Marina. Está aqui pessoal que me acompanhou, sabem disso, que é verdade. Porque houve interesse e o interesse da freguesia esquecemo-nos, pelo menos aqueles que acompanharam isto, foi esquecido, o interesse da freguesia foi esquecido. Isto é que é a verdade, agora, há outra coisa que quero chamar aqui a atenção, ainda não vi o Plano Diretor aprovado. Ou já está aprovado? Acho que não está. Se está aprovado eu desconheço. E não sei o que é que o Plano Diretor contempla, ou que vai contemplar naquela zona. A freguesia de Paderne se calhar, eu estou de saída, estou à vontade para falar, logo venho cá mais vezes. Se calhar a freguesia vai ficar novamente penalizada, toda a gente agora bate palmas, mas no futuro vamos ver, vai acontecer o mesmo que aconteceu no passado, que o está lá é aquilo que a gente, está aterrado, aterrado e aterrado. E as grutas que lá existiam foram filmadas por um rapaz que já morreu e eu mandei o filme, uma cassete para a Câmara Municipal, se calhar já desapareceu, também não tinha interesse."-----

Roberto Raposo: "Eu também conheço aquelas que não têm há muito tempo deste 10.600 a primeira vez que se uma daquelas grutas há muito tempo, desde os meus seis anos, a primeira vez que desci aquelas grutas tinha seis anos, tenho agora quarenta e oito anos é fazer as contas. Havia lá uma que era das coisas mais bonitas que existe, tinha estalactites e estalagmites de seis, sete metros de



altura. Essa foi já destruída por uma das extracções das Pedreiras, existe uma, que essa ainda há pouco tempo lá estive, mesmo junto ao sítio onde vai ser posto os painéis solares, essa além de uma gruta era um antigo algar, era um antigo sumidouro de água e é por isso que eu pergunto, se aquilo vai ser preservado? Mas já me disseram que não se sabe, por isso eu vou já dizer que eu vou votar contra, porque gostava que aquela área fosse mantida intata como está, para se manter as coisas que estão lá, porque muito possivelmente no futuro era mais importante as grutas do que a extração da pedra lá. Existe também numa das grutas, uma corrente de água que corre por baixo da terra, tipo um ribeiro, numa dessas grutas corre água, eu lembro-me de ter percorrido bem um quilómetro a seguir a isso até começarmos a ficar sem ar e voltarmos para trás e não me lembro de chegar ao fim do ribeiro e o ribeiro corre debaixo da terra. Portanto eu acho que aquilo não é uma área onde não devia haver mais extracção, nem mais obras feitas lá em cima."- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Maria Emília Sousa e Roberto Raposo. -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Madail, Bertílio Matias, Óscar Hilário, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Bernardo, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Ana Luisa Simões e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao "Contrato-Programa - Alargar e Modernizar o Ensino da Medicina e a Investigação Clínica e Biomédica na Universidade do Algarve"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Cândido Reigado: "Em relação ao ponto sete, a CDU vai se abster, pelo seguinte, estamos totalmente de acordo com o "Contrato-Programa - Alargar e Modernizar o Ensino da Medicina e a Investigação Clínica e Biomédica na Universidade do Algarve", aí totalmente acordo. O que estamos em desacordo é que sejam dezasseis Câmaras Municipais do Algarve a substituir a responsabilidade do Estado ou seja Governo. Portanto compete, neste caso ao Estado, a financiar, neste caso, o programa da medicina, seja da educação e não tem que ser as Câmaras Municipais a fazê-lo." ----
Presidente da Câmara: "Só para dizer que no âmbito, das reuniões da AMAL, quando se discutiu este plano, realmente deu grande discussão precisamente neste ponto. Até que finalmente chegamos quase um consenso, não totalmente mas quase, independentemente da importância que isso possa ter, não só para o Algarve, para o país também, para a parte da Medicina e da investigação, nós entendemos, com certeza que isso é uma das responsabilidades da Administração Central, não caberia aos municípios colaborar neste sentido, mas no aspecto colaborativo entre, na boas relações institucionais e que só virá a melhorar o serviço de saúde, entendemos depois de muita discussão, digo e repito chegamos a este consenso."---
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Cândido Reigado.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Ana Luisa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
 A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para a "Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros em Circuitos não Definidos", até ao limite de 208.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Óscar Hilário, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Ana Luisa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Tomada de conhecimento dos Relatórios Anuais de Atividades da CPCJ de Albufeira referente aos anos 2019 e 2020;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Óscar Hilário: "Bem por um lado venho sublinhar aqui a estranheza e algum lamento pela apresentação do relatório dois mil e dezanove ser apresentado um ano e meio depois. Relativamente a outra situação, eu tive o cuidado de ler os dois relatórios, com algum cuidado, uma vez que é uma área que me diz bastante, sobretudo a promoção dos direitos e pretensões as crianças, que acho que em Albufeira, há duas décadas tem sido amplamente negligenciado. Eu tive a oportunidade de sublinhar, de conseguir localizar doze vezes nos dois relatórios a seguinte expressão: "falta de recursos Humanos", portanto depois de ser feita a análise e constatarmos que existe um aumento de cinquenta por cento do número de processos e de existir relativamente à década anterior existir uma média de cento e cinquenta processos, anuais, pendentes e neste momento existem duzentos e cinquenta, segundo os relatórios dos dois últimos anos. Existiu neste momento uma redução dos recursos humanos disponíveis para tratar estes processos, à volta de vinte por cento. Eu pergunto, por que é que não existe de facto, uma aposta nos



direitos e proteção das crianças, sabendo antemão que Albufeira poderá vir a tornar-se, creio que não é, mas um polo explosivo relativamente a muitas situações, das quais algumas já foram aqui referidas. Portanto, é não só um lamento, mas uma questão, não sei a qual pode ser respondida."-----

Presidente da Assembleia: "Há uma frase que me obriga a responder à sua intervenção, porque eu fiz parte da CPCJ durante algum tempo, como representante desta Assembleia Municipal e nesses vinte anos que disse que estavam esquecidos, eu não me recordo quanto tempo é que foi mas, certamente que foram dois mandatos, certamente o tempo que lá passei e outros membros desta Assembleia Municipal, na Comissão Alargada. O Óscar não fez essa referência, o Óscar disse que a CPCJ e os direitos estão esquecidos há vinte anos. Como fiz parte dessa, no tempo em que eu lá estive e na limitação dos poderes que tive na Alargada, vi o contrário. Vi as pessoas que lá estavam dedicadas, vi os técnicos que estavam a ter intervenção, vi a CPCJ a funcionar, dentro e volto a dizer, dentro daquilo que me era dado a conhecer na Comissão Alargada. E a representatividade de quase todas as associações do concelho, com o Ministério Público, com a GNR, com as escolas, com as variadíssimas instituições que têm acento na Comissão Alargada. E isso, eu vi e atesto que estas pessoas que lá estavam eram dedicadas e muito rendidas à causa que abraçaram nessa CPCJ. No demais, e como lhe digo se eu não o dissesse não estaria a ser honesto comigo mesmo, no demais são palavras suas e portanto tem o conhecimento da causa, mas agora digo-lhe, no tempo em que eu lá estive e faço parte desses vinte anos que referiu, atesto acerrimamente o compromisso das pessoas que integravam a alargada e dos técnicos que eu conheci lá dentro."-----

Óscar Hilário: "Senhor Presidente, só uma questão, é até lamento essa situação, porque eu fui um dos elementos da Comissão Restrita durante sete anos, portanto se o Paulo não se recorda de mim de facto há aqui qualquer situação que me está a passar ao lado. Lamento e de facto corroboro da sua opinião, nós éramos técnicos muito muito dedicados à causa."-----

Presidente da Assembleia: "Agora fiquei baralhado. Não quero entrar em discussão consigo porque a intervenção é sua e eu disse que só ia intervir na parte que me dizia respeito e na Comissão Alargada, porque se eu não me lembro de si e o senhor também não se lembrava de mim porque fez essa intervenção, senão não teria feito. Ou então fê-lo com intenção de atingir todos os que estiveram lá durante



esses vinte anos. Aquilo que eu lhe disse foi, “não me revejo nas suas palavras porque eu estive nesses vinte anos que referiu, eu estive na Comissão Alargada e em dentro da Comissão Alargada aquilo que eu vi foram os técnicos, foram as pessoas que lá estavam a trabalhar e a batalhar pela pelos direitos das crianças e pela atividade a CPCJ”. Nada mais, não teçi mais nenhum comentário, só quis dizer isto porquê? Porque eu estive lá nesses vinte anos que referiu e portanto não foi a tirar mérito, não foi a tirar ou a por mérito na sua intervenção, única e exclusivamente dizer que no tempo em que eu lá estive e não recordo quanto tempo é que foi e recordo-me de si, mas não era essa a questão, a questão era nos vinte anos que decorreram até esta data no tempo que lá estive partilho acerrimamente e defendo acerrimamente os técnicos que estiveram e as pessoas que estiveram na Comissão Alargada e obviamente, depois na Restrita, com as inerências do próprio processo e do sigilo que têm os processos, não vamos estar a falar sobre isso, agora daquilo que foi a CPCJ no tempo que eu lá estive digo, podia ter sido melhor? Pois sim, sempre, mas que as pessoas que deram seu melhor dentro daquelas possibilidades eu atesto e não estou a falar só de mim, estou a falar mais dos técnicos que lá estavam e das pessoas que intervinham na CPCJ.” -----

Adriano Ferrão: “Eu também só queria aqui reiterar as palavras que já foram ditas, também lá fui, também estive, pelo menos que eu me lembre dois mandatos a representar a Assembleia Municipal na CPCJ, na Comissão Alargada, presidia na altura o Dr.º Simões e mais tarde a Dra Vidigal, e nunca vi que CPCJ fizesse um mau serviço, antes pelo contrário, as pessoas que lá estavam faziam das tripas coração porque, talvez não fossem muitas e conseguiam com as entidades cumprir aquele serviço. Mais, se nós dissermos, com mais funcionários funcionaria melhor, de acordo, pode-se sempre melhorar, o caminho para a excelência não tem limites. Agora desconsiderar o trabalho dessas pessoas que em vinte anos vêm negligenciando eu acho isso um exagero. Depois, mesmo para cooptar pessoas e levar pessoas para a CPCJ tornou-se cada vez mais difícil, porque houve umas medidas governamentais que dificultaram que as pessoas pudessem aceitar por causa das exclusividades, dos tempos que tinham, não podiam, tinham que deixar os seus próprios empregos, depois como é que ganham a vida para estar na CPCJ? Eu penso que o Óscar conhece isto. De modo que, daí uma maior dificuldade ainda para a CPCJ. Hoje em dia, agora o que nós temos que fazer neste momento é apreciar o que está aqui hoje colocado em documento.” -----

Helena Simões: “Ainda que me apraze que se fale do relatório da CPCJ aqui, porque normalmente toma-se conhecimento, não se tira questões, conclui-se a tomada de conhecimento e nada se diz. Eu não sei há quanto tempo é que estive na CPCJ, eu estive durante nove anos, comecei como representante da Assembleia Municipal



durante quatro e depois fui cooptada, atingi a limitação de mandato e tive que sair. A prevenção como refere, hoje em dia conforme está consagrado na lei é função da Comissão Alargada e eu recorro que a Comissão Alargada tem uma forma de funcionar complexa e híbrida, que vai buscar uma série de representantes das associações, uma série representantes dos encarregados de educação, da Assembleia Municipal e que depois por vezes é difícil conjugar. No entanto, no tempo em que lá estive, durante nove anos, fizemos vários projetos no âmbito da prevenção propriamente dita. O tecer para a prevenção, os direitos das crianças, enfim, eu acho é que se calhar estamos a fazer confusão entre a prevenção e a falta, eventualmente de meios técnicos ou humanos para trabalhar os processos. Mas isso é Comissão Restrita, não é Comissão Alargada e a competência da Comissão Alargada é toda a área da prevenção, promoção e prevenção dos direitos das crianças. Pelo menos era assim, sei lá há três anos atrás, quando eu saí era assim como funcionava, quer a nível de legislação, quer a nível do regulamento interno." -----

Óscar Hilário: "Uma nota final porque acho que não vale a pena estarmos a arrastar esta conversa, porque se desvirtuou um bocado daquilo que eu disse e sobretudo aquilo que eu vim invocar. Se houve aqui uma questão de semântica eu lamento, eu não quis dizer nos últimos vinte anos, quando eu digo vinte anos é um continuum, que acaba por ter o seu e epílogo nesses dois relatórios, em que são referidos dezassete vezes que existe falta de recursos humanos. Quando eu digo isso é precisamente isso que eu estou a falar, há uma falta evidente de recursos humanos, enquanto eu lá estive recorro-me que o senhor na altura dispensava três funcionários da Câmara para estar a gerir processos e neste momento está lá uma pessoa, é só isso."-----

Leonardo Paço: "Já que toda a gente lá esteve, eu também lá estive, na altura da Dra Ana Vidigal, realmente tive que sair por causa da situação que a Helena há pouco falou. Já nessa altura se falava realmente da falta de recursos e estou a falar há uns anos largos, não posso precisar, mas penso que foi na altura em que Dra.ª Ana Vidigal foi eleita pelo PSD."-----

Presidente da Câmara: "Só quero dizer duas coisas, que nos últimos vinte anos sempre ouvi boas referências, independentemente de quem quer que lá esteja, relativamente ao funcionamento daquela Comissão e também outra coisa que quero dizer, acho estranha essa falta de recursos, não é com certeza por falta de resposta quando são pedidos recursos, queres materiais, queres financeiros, quer até de apoio logístico para variadíssimas coisas à Câmara Municipal. Portanto aí não há absolutamente, é que dá a entender que parece que a Câmara agora não dá para



lá os recursos suficientes, não é assim. São as duas coisas que eu posso testemunhar e posso afirmar que nunca lá estive."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de solicitar ao Deputado Roberto Raposo informação concreta se fizer o favor sobre o que referiu, como é fossa ilegal, porque a ser assim e porque há um atravessamento de estrada como referiu também, poderá haver aqui a existência de um crime ambiental e como tal, no estrito sentido daquilo que tem sido a tónica é desta Mesa, vou pedir, não notificar mas pedir para que me concretize a casa em concreto, o atravessamento e se possível no Google a localização da referida fossa, porque a ser ilegal estamos efetivamente sobre um crime ambiental e também no sentido como fez há bocado a sua intervenção no Escarpão, sobre as grutas e sobre a água, estamos efetivamente aqui sobre esses temas que tanto lhe dizem respeito e que tanto nos dizem também respeito sobre as questões de águas e de ocupação dos solos e também já uma intervenção nesse sentido aqui, referente a uma casa por também não ter essa essa licença e portanto eu pedia-lhe que me fizesse chegar para que depois eu oficiasse à Câmara Municipal essa mesma intervenção e posteriormente ao Ministério Público para que apure a existência ou não desse crime. Mas aí já é competência do Ministério Público não é competência da Mesa para o referido o referido inquérito. Roberto, eu vou oficial à Câmara assim que eu conseguir identificar, porque seu oficial à Câmara uma fossa ilegal é nada, eu tenho que oficial o nome, oficial com alguma referência ou do nome do cidadão, ou da localização. Aquilo que está a referir a precisamente isso, ou seja, que além da colocação da fossa pode haver aqui a intervenção de mais de um tipo de crime, além do crime ambiental outro tipo de crime e portanto, se alguém que fez o que não devia é crime, nomeadamente a saber se estamos em REN ou se estamos em RAN, ou seja, reserva agrícola ou reserva ecológica, portanto, essa referência que faz tem que ser georreferenciada e por isso é que eu lhe estou a solicitar essa mesma informação para oficial à Câmara Municipal porque a ata vai com o extrato da sua intervenção mais esta e portanto será remetido para o Ministério Público com essas duas informações além de ir um registo áudio também para o Ministério Público." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----



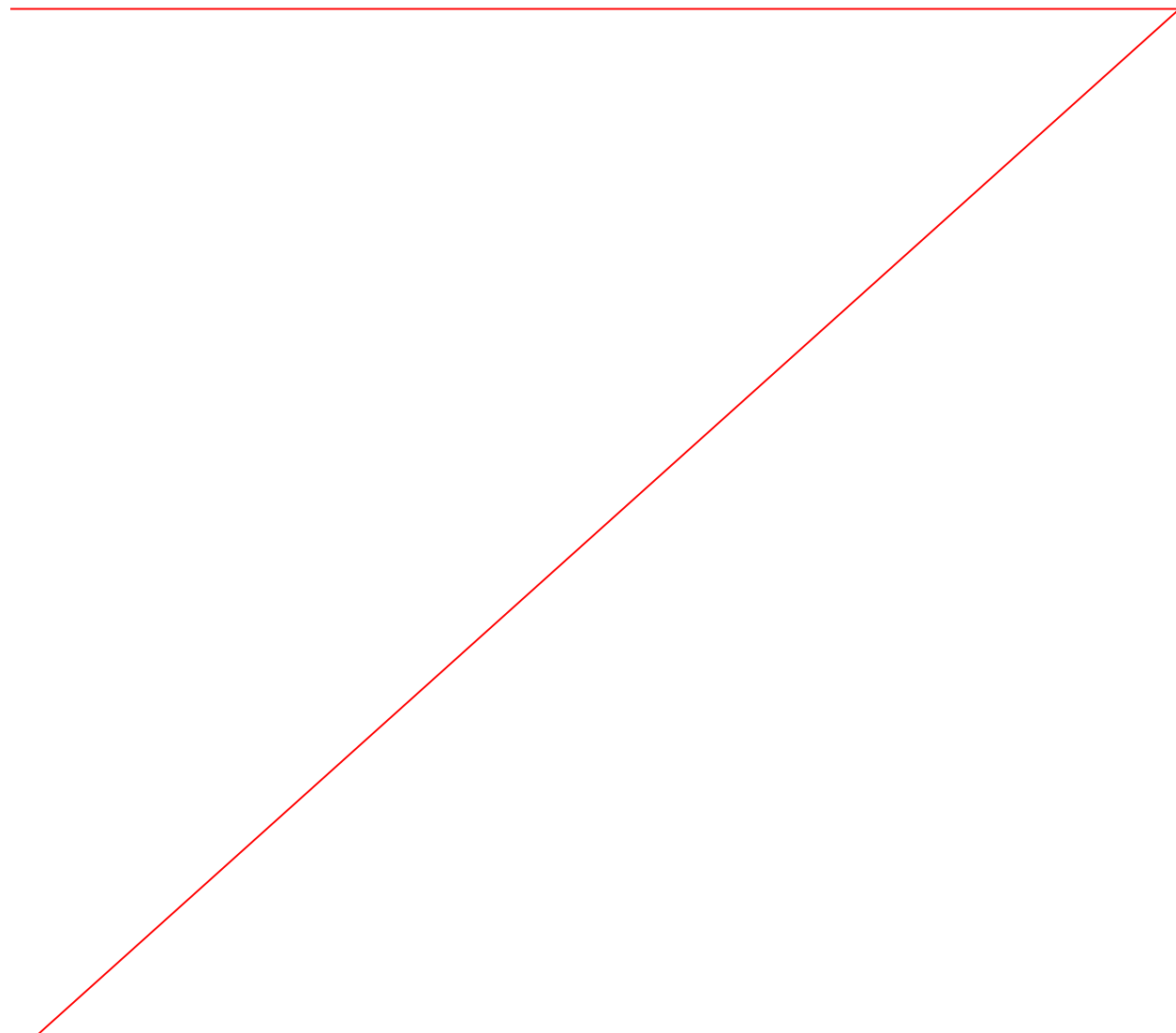
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Julho de 2021-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Doc. n.º 1

De: Elisa McKay <mckayelisa@gmail.com>
Enviado: 28 de julho de 2021 02:46
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: assembleia municipal

Bom dia

Sou uma gerente do Montechoro Beach Club, localizado na Praia da Oura e gostaria de me manifestar publicamente nesta assembleia municipal.

Por meio do arquiteto Luis Balula, temos tentado chamar a atenção para a monstruosidade que é essa cerca velha em ruínas e os blocos de concreto que correm ao longo do caminho até a praia. Por isso, pedimos, por duas vezes, que a Câmara fizesse algo a respeito. E fiquei surpresa ao ouvir o Sr. Presidente dizer, na última reunião na Câmara, que nossa petição era apenas uma opinião, por isso ele não precisava abordar o problema. Estas foram as suas palavras e fiquei pasmada.

Senhor presidente: este é um problema real e merecemos a sua atenção. Por favor, faça algo para consertar isto.

Elisa McKay

(lamento que a tradução não é perfeita mas foi feita no google translate)



Virus-free. www.avg.com



Doc. n.º 2

De: Joao Marreiros <jmarreiros932@gmail.com>
Enviado: 28 de julho de 2021 13:59
Para: Assembleia Municipal de Albufeira; Vereadora Cláudia Guedelha; presidencia
Assunto: Moradia sem qualquer tipo de licença e com contador de Água

Exmo Senhor Presidente

Agradecia que este mail, fosse lido, perante todos os membros da assembleia municipal e que existisse uma resposta por parte do presidente da Câmara Municipal

Venho por este meio, na qualidade de munícipe de Albufeira e morador na Urbanização Vila Rosal, alertar para uma ilegalidade existente no lote 22, da Urbanização Vila Rosal, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, concelho de Albufeira, em nome de Daniel Santos.

Pois esta moradia está edificada a cerca de cinco anos e não têm qualquer tipo de licença, ou seja, habitam lá pessoas e fazem alugueres, sem que exista qualquer licença de utilização, nem alojamento local.

Mais grave, é a Câmara Municipal, ter lá colocado um contador de água, ou seja, para que uma obra ou uma moradia tenha contador de água é necessário que exista uma licença a sustentar a colocação desse contador, neste momento não existe nenhuma licença, nem de obras, nem de utilização, para que a Câmara mantenha a colocação desse referido contador, pelo que se requerer que a digna Câmara Municipal mande retirar o referido contador, se tal não ocorrer nos próximos dias retiramos as nossas conclusões.

Cumprimentos
Joao Marreiros